

Altamira, 30 de setembro de 2009

**Ao Sr. Sebastião Custodio Pires  
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis  
Brasília, DF**

**Com cópia para:  
Ilmo Sr. Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva  
Ilmo. Sr. Presidente do IBAMA, Roberto Messias  
Ilmo Dr. Procurador da República do Ministério Público Federal, Rodrigo Timóteo  
da Costa e Silva**

**Ref.: Requerimento dos movimentos sociais do Xingu e da Transamazônica a ser protocolado junto ao IBAMA como parte do processo administrativo do licenciamento ambiental do empreendimento denominado Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte.**

**Prezados,**

Os movimentos sociais do Rio Xingu apresentam o seguinte documento com considerações, questionamentos e recomendações com relação ao Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte (AHE Belo Monte), obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) proposta para ser executado no Rio Xingu.

O documento está organizado em temas e em cada um destes temas, é utilizada a seguinte estrutura: (A) Considerações sobre o tema; (B) Questões relativas ao Tema e (C) Propostas e Sugestões. As questões colocadas nesse documento não foram respondidas durante as audiências públicas realizadas ou foram respondidas de forma superficial e, portanto, demandam respostas mais profundas e adequadas as demandas sociais.

Movimento Xingu Vivo para Sempre e  
Instituições Abaixo Assinadas

## Índice

Introdução .....	3
TEMA 1 - Alterações na vida das populações da região a ser afetada pela AHE Belo Monte, caso o empreendimento seja construído.....	3
Considerações: .....	3
Questões: .....	6
Propostas e sugestões : .....	7
TEMA 2 - Alterações nos ecossistemas e Unidades de Conservação da região a ser afetada pela AHE Belo Monte .....	7
Considerações: .....	7
Questões: .....	8
Propostas e sugestões: .....	9
TEMA 3 – Povos Indígenas .....	10
Considerações: .....	10
Questões: .....	11
Propostas e sugestões : .....	11
TEMA 4 – O Fluxo migratório decorrente de Belo Monte e impactos para a região..	12
Considerações: .....	12
Questões : .....	13
Propostas e sugestões : .....	13
TEMA 5 – Custos da Obra.....	14
Considerações: .....	14
Questões: .....	15
Recomendações e Sugestões: .....	15
TEMA 6 – Questões Gerais.....	16
Considerações Gerais: .....	16
Questões .....	16
Propostas e Sugestões:.....	18
TEMA 7 – Sobre a condução do processo de Licenciamento .....	19
Considerações : .....	19
Propostas e sugestões: .....	20
TEMA 8 – Sobre as quatro audiências públicas realizadas na região.....	20
Considerações: .....	20
Propostas e sugestões: .....	21
Considerações Finais: .....	22
Assinam este documento: .....	22

## Introdução

A Bacia do Rio Xingu é única no planeta. Mais da metade de seu território é formada por áreas protegidas. São 27 milhões de hectares de alta prioridade para a conservação da biodiversidade, abrigando 30 Terras Indígenas, 24 povos com 24 diferentes línguas e 12 Unidades de Conservação da Natureza.

Essa grande riqueza sociocultural traduz-se pela presença de 20.776 indígenas, de 24 diferentes povos, alguns vivendo isoladamente, como demonstram estudos antropológicos realizados na região<sup>1</sup>. E de cerca de 13.000 extrativistas, remanescentes dos ciclos da Borracha vivendo em 4 Resex e outras áreas da Bacia. Além disso há milhares de agricultores familiares que ocuparam as margens das Rodovias BR-163 e Transamazônica a partir da década de 70, além de centenas de outros pequenos, médios e grandes fazendeiros.

A AHE Belo Monte pode ocasionar impactos socioambientais irreversíveis para os povos do Xingu e ecossistemas. Dessa forma a decisão de construção de uma obra desse porte, em uma Bacia como a do Rio Xingu, com sociobiodiversidade única no planeta, deve ser tomada com calma, sem atropelar a população, os costumes locais, a sabedoria dos povos das florestas e considerando a legislação vigente e todas as recomendações do processo de licenciamento previsto em lei.

**TEMA 1 - Alterações na vida das populações da região a ser afetada pela AHE Belo Monte, caso o empreendimento seja construído.**

### **Considerações:**

A possibilidade de implementação do AHE Belo Monte suscita para os povos da região grandes inseguranças. O rio Xingu e seus afluentes são muito importantes para a população, permitindo o acesso às escolas, aos centros de saúde, os encontros entre povos, a obtenção de alimento e as trocas comerciais. Com as mudanças irreversíveis provocados pelo barramento do rio, os povos da região terão seus modos de vida completamente alterados.

As famílias que serão compulsoriamente deslocadas estão deixando para trás suas histórias de vida, vinte, trinta a quarenta anos de trabalho em suas propriedades, relações sociais e de vizinhança, carregando com elas incertezas sobre seus futuros e de seus filhos

---

<sup>1</sup> MAGALHÃES, A.C. Índios e Barragens: a complexidade étnica e territorial na região do Médio Xingu. In: SEWÁ FILHO [Org.] *Tenotã – Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005

e netos. Por isso, têm o direito de receber indenizações que cubram os investimentos realizados, o tempo e esforço de trabalho ao longo de décadas de vida antes da instalação do empreendimento.

Os moradores dos baixões e igarapés de Altamira que serão compulsoriamente deslocados com o enchimento do reservatório do Xingu não sabem onde serão reassentados nem em que condições (distância, condições de transporte, proximidade de escolas e postos de saúde). Além disso, a ocupação dos Igarapés e baixões fez-se muitas vezes de forma ilegal e muitos de seus moradores não possuem título das casas onde moram. Seus moradores estão extremamente preocupados a respeito de seus direitos sobre indenização e mitigações previstas no projeto.

O RIMA que deveria informar a população atingida sobre o projeto e seus impactos não esclarece aos moradores dos bairros Aparecida, Boa Esperança, Alberto Soares e Jardim Independência II quais as ruas que serão alagadas nem para onde serão realocados, criando inseguranças e expectativas nos moradores desses bairros. Muitos nem acreditam que suas ruas ficarão alagadas e que terão que se mudar.

No perímetro urbano, assim como nas áreas rurais de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, não se sabe para onde as pessoas que terão que ser removidas serão realocadas. Não se sabe se as condições dos locais de reassentamento serão equivalentes às condições anteriores quanto à distância dos centros urbanos, produtividade das terras, condições de deslocamento e transporte, disponibilidade de energia, etc. Não se sabe se os posseiros, que não possuem título de suas casas e propriedade, serão igualmente contemplados pelos programas de indenização e reassentamento. Não se sabe se o valor real das propriedades e benfeitorias será reconhecido durante o processo de indenização/reassentamento.

Não é utilizado o termo “população atingida”, mas os termos “área de influência direta (AID)”, “área de influência indireta (AII)” e “área diretamente afetada (ADA)”. O efeito disso é que são considerados os impactos sobre o *território* (entendido como espaço físico, desprovido de significado social e cultural) e não sobre as pessoas que aí vivem e seus processos sócio-culturais. A ADA se restringe às áreas das obras da estrutura de engenharia (barragem, canteiros, estradas de acesso, botafora e áreas de inundação). As demais áreas são definidas como áreas de “influência”, termo que também aponta para a minimização dos impactos. Não se explicita em nenhum momento os critérios que levaram à definição das áreas de influência direta e indireta, apontando-se apenas para o caráter de “vizinhança” em relação à usina e ao reservatório. Esta divisão não leva em consideração os impactos cumulativos da obra, que atingirão diretamente grupos indígenas e populações tradicionais que se encontram fora da chamada AID. Assim, das 9 terras indígenas afetadas pelo projeto, apenas duas estão dentro da AID, as outras 7 se localizam na Área de Influência Indireta. Do mesmo modo, os índios que moram nas cidades não têm tratamento diferenciado dos demais moradores dos municípios e povoados. Como habitam margens de igarapés e do rio Xingu, seriam diretamente afetados e o RIMA aponta que “parte destes índios terá que ser reassentada por causa do AHE Belo Monte” (:57).

Este conceito de ‘área diretamente afetada’ (ADA) empregado pelo empreendedor – “áreas afetadas pela inundação e pelos canteiros de obra”<sup>2</sup> – exclui toda a população a jusante da barragem e demais comunidades da região que sofrerão em diferentes graus mudanças em seus modos de vida decorrentes do barramento do rio Xingu. Essas populações incluem diversos povos indígenas, populações ribeirinhas, extrativistas e milhares de colonos que se estabeleceram ao longo da rodovia Transamazônica, encorajados por políticas governamentais de ocupação da Amazônia implementadas a partir dos anos 1970. Ficam subestimados assim o tamanho da área e o número de pessoas impactadas, neste caso a 516km<sup>2</sup> e cerca de 20.000 pessoas, respectivamente, o que favorece o cálculo do índice ambiental desta barragem, já que não contabiliza danos que repercutirão sobre uma área e uma população bem maior;

A complexidade da obra envolve áreas alagadas ao longo do rio acima da barragem principal; áreas de canteiros de obras das represas e diques sobre terra firme nas quais hoje vivem agricultores e pescadores, inclusive originários de históricas migrações de outros cantos do País, quando a Transamazônica avançou sobre Altamira; e uma região que sofrerá com a vazão drasticamente reduzida rio abaixo à barragem principal, perfazendo cerca de  $\frac{3}{4}$  da Volta Grande. Quando se fala do cálculo e da descrição das conseqüências ambientais, seria mais honesto contabilizar uma área de 1.522 km<sup>2</sup>, que é a área considerada pelo EIA como área diretamente afetada (ADA), e não apenas os cerca de 516 km<sup>2</sup> dos reservatórios;

Moradores da Volta Grande do Xingu, a jusante da barragem, têm um alto grau de dependência com o rio Xingu para navegação, alimentação, trocas comerciais e relações sociais e terão suas vidas completamente modificadas pela drástica redução da vazão com o desvio do rio para os canais de derivação. Eles são porém excluídos da noção de população impactada e portanto não são objeto de programas de compensação e mitigação por parte do empreendedor;

O EIA subestima a população rural residente já que elabora todos os dados de população, utilizando a média de 3 pessoas por “grupo doméstico” ou família nuclear quando sabemos na prática que essa média pode variar de 5 a 7 pessoas por grupo doméstico.

O EIA/RIMA também subestima a população residente nas Reservas Extrativistas da região (RESEX do Rio Iriri, do Riozinho do Anfrísio, do Xingu e Verde para Sempre) quando afirma que 350 famílias vivem no interior dessas áreas, já que sabemos que são mais de 11.700<sup>3</sup> pessoas vivendo nestas áreas.

---

<sup>2</sup> Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos. Eletrobrás, 2ª Edição, outubro de 2002 : 46.

<sup>3</sup> Dados fornecidos pelo ICMBio, órgão responsável pelas Unidades de Conservação no país.

## Questões:

1. Quais os impactos sobre a população de cada uma das onze cidades atingidas diretamente pelo empreendimento (Pacajá, Rurópolis, Porto de Móz, Anapu, Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas) e o que aconteceria com cada uma delas com a implementação das obras da AHE Belo Monte, considerando as áreas alagadas, canteiros de obra, áreas de botafora e outros empreendimentos associados a AHE Belo Monte?
2. Quais os impactos sobre a população de cada uma das onze cidades atingidas diretamente pelo empreendimento (citadas na questão anterior) e o que aconteceria com cada uma delas com a implementação das obras da AHE Belo Monte, considerando o grande contingente populacional extra que vem para a região (96.000 pessoas segundo projeções do EIA)?
3. Quais os impactos na saúde da população de cada uma das onze cidades citadas acima, com a criação de ambientes favoráveis para a reprodução de mosquitos vetores de doenças como a malária e outras epidemias?
4. Quais os impactos específicos sobre as populações rurais que terão que deixar suas áreas por alagamento ou construção dos canais (região dos reservatórios) em cada um dos travessões e localidades ribeirinhas?
5. Quais as ruas especificamente alagadas dos bairros Aparecida, Boa Esperança, Alberto Soares e Jardim Independência II na cidade de Altamira?
6. Quais os impactos específicos sobre as populações que vivem na Volta Grande do Xingu onde a vazão será drasticamente reduzida (abaixo da barragem)?
7. Qual o conceito de população impactada considerado pelos estudos? Quais são os parâmetros e critérios utilizados para determinar se uma população é ou não diretamente impactada?
8. Quais as condições das terras para onde as populações compulsoriamente deslocadas serão reassentadas em termos de qualidade para plantio, proximidade dos centros urbanos, condições de transporte, energia, sociabilização, escolas e postos de saúde? Onde estão localizadas essas terras e quais as condições fundiárias dessas terras? Como serão calculadas as indenizações para essas populações, o que será considerado? Como essas famílias serão preparadas para o reassentamento?
9. Como se dará a indenização ou compensação dos moradores dos baixões e igarapés que não possuem o título de suas propriedades? Como será calculado o valor a ser pago pelos empreendedores pelas propriedades e benfeitorias perdidas com o alagamento? Esse valor permitirá que as famílias deslocadas adquiram novas propriedades e as trabalhem para chegar no mesmo nível em que estão nas propriedades atuais, o que muitas vezes representa décadas de trabalho?
10. Qual a situação fundiária das terras no perímetro urbano em Altamira

- identificadas pelos empreendedores para reassentar parte dos moradores compulsoriamente deslocados?
11. Com a formação do reservatório do Xingu e a subida do nível da água, como ficará a qualidade da água potável em Altamira? De que forma será afetado o esgoto já precário da cidade? Qual será o impacto sobre o lençol freático e os poços que abastecem de água as moradias em Altamira? Com uma forte cheia no Xingu, como ficará o nível da água na cidade de Altamira? É certo que o nível da água não poderá subir acima da cota 100?

### **Propostas e sugestões :**

- Fazer estudos aprofundados sobre as relações sociais e familiares, as histórias de vida em suas localidades com levantamento e quantificação do tempo investido, custo, esforço e trabalho nas propriedades que serão perdidas, para cada família que será compulsoriamente deslocada, antes da consulta prévia.
- Fazer estudo da situação fundiária das terras para onde pretende-se deslocar as populações urbanas e rurais, bem como o esforço e tempo necessário para a regularização dessas terras a fim de receber as famílias.
- Fazer projeção dos impactos sobre as populações criando cenários de curto, médio e longo prazo considerando as possíveis alterações no sistema de saúde, educação, segurança, conflitos fundiários, transporte, dentre outros aspectos.

## **TEMA 2 - Alterações nos ecossistemas e Unidades de Conservação da região a ser afetada pela AHE Belo Monte**

### **Considerações:**

Ao longo dos últimos anos, em reconhecimento à importância e à singularidade da sócio biodiversidade da região, foram criadas 12 unidades de conservação, a saber: Reserva Extrativista (Resex) do Rio Iriri, Resex do Rio Xingu, Resex do Riozinho do Anfrísio, Resex Verde Para Sempre, Parque Nacional da Serra do Pardo, Estação Ecológica Terra do Meio, Área de Proteção Ambiental do Triunfo, Floresta Estadual do Iriri, Reserva Biológica do Tapirapé, Floresta Nacional do Tapirapé Aquiri, Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, FLONA de Altamira e Parque Estadual do Xingu. Elas integram o corredor de biodiversidade do Rio Xingu juntamente com as 30 Terras Indígenas e formam um dos maiores blocos de áreas protegidas na Amazônia.

A Volta Grande do Xingu é um conjunto único de corredeiras e quedas com rochas cristalinas e sedimentares, com presença de cavernas, sítios arqueológicos, inscrições rupestres e vestígios de flora e fauna da última glaciação e ainda é muito pouco estudada.

O município de Altamira vem dominando a lista dos municípios responsáveis pelo maior índice de desmatamento da Amazônia (INPE, julho de 2009) e por conta dessa posição, vem sendo objeto de políticas de controle de desmatamento. A falta de regularidade ambiental das propriedades rurais, associada aos elevados índices de desmatamento observados na região vem sendo objeto de denúncias por parte de grupos ambientalistas e teve como repercussão o boicote por parte dos mercados consumidores nacionais e internacionais dos produtos agropecuários e extrativistas aqui produzidos (boicote da carne e fechamento das madeireiras). Com o aumento do contingente populacional e do nível de desemprego com o final das obras, o problema do desmatamento tende a se amplificar, assim como as denúncias e os boicotes aos produtos produzidos nas áreas identificadas como sendo de desmatamento.

As Reservas Extrativistas são áreas destinadas a manutenção de culturas tradicionais e do meio Ambiente (Art. 18 do SNUC, Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000) e que as populações ali residentes tem seu modo de vida dependente do Rio (RIMA, pg 45). Não foi encontrado no EIA análise dos impactos da formação do reservatório do Xingu no rio Iriri, no rio Xingu acima da Foz do Iriri e outros afluentes da Bacia do Xingu, como o Riozinho do Anfrísio por exemplo.

Hoje grande parte do peixe consumido na cidade de Altamira, por exemplo, é proveniente das Reservas Extrativistas, o que já está causando uma pressão crescente nos estoques pesqueiros, ameaçando inclusive a segurança alimentar das populações das Resex e o ecossistema local. Com a chegada de um grande contingente populacional na região devido a implantação da Obra de Belo Monte, linhas de transmissão e toda a infraestrutura de apoio a pressão sobre esses estoques pesqueiros tendem a aumentar muito, como também a pressão sobre outros recursos naturais dessas áreas.

### **Questões:**

12. O que acontecerá com as Unidades de conservação com o grande contingente populacional que vem para a região?
13. Quais os impactos previstos nas Resex do Rio Iriri, Resex do Rio Xingu e Resex do Riozinho do Anfrísio, acima da Foz do Rio Iriri? Quais as prevenções e mitigações previstas para essas populações?
14. Quais as quantificações feitas sobre a perda da biodiversidade que será perdidos com a inundação provocada pela barragem de Belo Monte ? Foi feito um diagnóstico do impacto da perda dessa biodiversidade para as populações locais que utilizam esses recursos?
15. O projeto traz conseqüências sobre o rio Bacajá? Quais as conseqüências sobre a vida das pessoas que moram rio Bacajá acima, a partir da sua foz no Xingu, incluindo indígenas da TI Trincheira Bacaja, homologada?



16. Quais as conseqüências da obra proposta sobre o lençol freático na Volta Grande (baixo) e na cidade de Altamira (alto)?
17. Como deve ser o impacto da formação do lago nos igarapés da cidade ?
18. Como ficaria a situação das praias do rio Xingu utilizadas para o lazer da população de Altamira no período da seca ?
19. Como seria o impacto nos peixes migratórios e os peixes endêmicos (inclusive os peixes ornamentais), considerando a vazão reduzida e o canal lateral para transposição dos peixes?
20. Como ficará a operação da “vazão ecológica” em uma situação com escassez de água. Todas as turbinas seriam desligadas na casa de força principal?
21. Foi apresentado na Avaliação Ambiental Integrada (AAI) e no EIA que há grande atividade antrópica na bacia, principalmente nas cabeceiras, região de São Felix e Altamira. Qual o limite de desmatamento para a saúde física e biológica da Bacia do Xingu?
22. Quais são os cenários de desmatamento para a região a curto, médio e longo prazo considerando-se a implantação de Belo Monte e todos os impactos dela decorrentes como o asfaltamento da transamazônica, a abertura e a melhoria de vias de acesso, a chegada de um grande contingente populacional que se encontrará após o término das obras em sua maioria desempregada?
23. O hidrograma ecológico proposto garantiria a manutenção das condições ecológicas atuais da Volta Grande do Xingu e conseqüentemente da fauna aquática sobre a qual se apóiam a segurança alimentar das famílias ribeirinhas e dos povos indígenas aldeados e não aldeados que vivem nas margens da Volta Grande do Xingu?

### **Propostas e sugestões:**

- Realizar as projeções dos possíveis impactos socioambientais na região de influencia do empreendimento, sobretudo para as Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Bacia do Xingu servindo-se de modelos matemáticos para a elaboração de possíveis cenários do conjunto de impactos decorrentes de Belo Monte.
- Fazer projeções sobre o provável acirramento do conflito fundiário nas Terras Indígenas e Unidades de Conservação, considerando a mudança no Uso da Terra que ocorrerá na região;
- Fazer um estudo que contemple os impactos decorrentes de Belo Monte para toda a Bacia Hidrográfica do rio Xingu nos aspectos ambientais e sociais, fazendo projeções e cenários.
- Considerando o grande aumento de população na região do Xingu e pressões nas Unidades de Conservação, sugere-se que as UCs sejam incluídas nas áreas de

- influência indireta ao empreendimento, ao menos. Porém devido a magnitude de alguns impactos previstos em regiões específicas das Unidades de Conservação, regiões como a Resex do Rio Iriri e Resex do Rio Xingu devem ser consideradas como área diretamente afetada pelo Empreendimento.
- Considerando a proximidade das obras com a Resex Verde para Sempre, no município de Porto de Moz há de se avaliar os impactos desta sobre os ecossistemas e suas populações residentes.

## TEMA 3 – Povos Indígenas

### **Considerações:**

O Brasil, além de garantir direitos aos indígenas em sua carta magna, é signatário de convenções internacionais como a OIT 169 e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas que garantem aos indígenas, entre outros, o reconhecimento de suas terras (Artigo 231 da Constituição Federal). Porém existem nesta região, diversas terras indígenas com situação fundiária em processo de regularização/revisão como por exemplo TI Arara da Volta Grande, TI Cachoeira Seca, TI Juruna da Boa Vista e TI Paquiçamba.

As Terras Indígenas Arara da Volta Grande e Paquiçamba estão na área da vazão reduzida e serão diretamente afetadas mas no entanto esses povos não são contemplados como população impactada. A TI Paquiçamba por exemplo ficará ilhada entre as represas e diques por um lado e pelo rio com vazão reduzidíssima por outro.

O RIMA aponta que um dos impactos da construção de Belo Monte seria “o aumento da pressão sobre as terras e áreas indígenas” (p.85), que significaria “pressões sobre as TIs e seus recursos naturais”, “aumento da disseminação de DSTS” e maior exposição dos indígenas “ao alcoolismo, à prostituição e às drogas” (:85). Durante a fase de estudos, os indígenas da TI Arara da Volta Grande do Xingu levantaram a apreensão com a “possibilidade de ocorrer o retorno de parentes índios e o aumento da população de não índios que já vive na terra, gerando conflitos internos e insegurança territorial” (:83). Ora, evidentemente com a construção de um empreendimento da magnitude de Belo Monte, a pressão sobre as terras indígenas não se restringirá às duas TIs da chamada “área de influência direta”, aumentando igualmente nas outras sete TIs que fazem parte da AID.

Não há qualquer referência aos povos indígenas Xipaya e Kuruaya nos estudos apresentados, não sendo apresentadas também qualquer justificativa para sua não inclusão nesses estudos.

A situação da Cachoeira Seca é muito grave atualmente com mais de 1000 famílias não índias em seu interior (pequenos e médios agricultores, fazendeiros, madeireiros e populações extrativistas) e processo de degradação acelerado de desmatamento e retirada ilegal de madeira. O mapa do desmatamento pode ser observado na Figura 3, pg 206, Tomo 6 do volume 36 do EIA, reproduzido abaixo. O processo de demarcação foi

iniciado pela FUNAI em agosto de 2009, segundo a FUNAI e há um grande passivo para a regularização fundiária dessa região. Com o aumento da pressão sobre a região, o quadro tende a se agravar de forma irreversível. O EIA não analisa essa questão e não faz nenhum estudo ou levantamento sobre possíveis impactos específicos nesta TI e sobre sua regularização fundiária. (Encontramos apenas na página 272 do tomo 6, volume 36 uma frase “recomendando” a regularização fundiária completa da TI Cachoeira Seca, mas não se comprometendo com isso, há outras referências no EIA sobre o assunto).

### **Questões:**

24. Como dar continuidade a um projeto desta magnitude com sérias interferências no modo de vida das populações locais (potencializando inclusive conflitos fundiários) sem que estejam solucionadas anteriormente todas as questões relacionadas a regularização das terras indígenas (TI Arara da Volta Grande, TI Cachoeira Seca, TI Juruna da Boa Vista e TI Paquiçamba) ?
25. Como estão planejados a realizadas as Oitivas Indígenas? Quando? De que forma?
26. O que acontecerá com as Terras Indígenas com o grande contingente populacional que vem para a região?
27. Por que não foram feitos estudos e projeções de impacto para os povos indígenas Xipaya e Kuruaya?
28. Quando, onde e com que agenda as associações indígenas foram contatadas pelas empresas no decorrer desses anos dando algum tipo de explicação sobre o aumento dos impactos em razão da construção da hidrelétrica?

### **Propostas e sugestões :**

- Realização de estudos das áreas que não foram estudadas como TI Xipaya e TI Kuruaya;
- Fazer estudo específico para qualificação da grilagem de Terras na Terra Indígena Cachoeira Seca e propor ações com cronograma previsto, custos e responsáveis;
- Realização das oitivas indígenas conforme os documentos já protocolados junto ao IBAMA, FUNAI e gabinete da presidência da República (em anexo).

## TEMA 4 – O Fluxo migratório decorrente de Belo Monte e impactos para a região

### **Considerações:**

O empreendimento trará forte pressão migratória à região da Transamazônica, estimada em aproximadamente 200 mil migrantes, atingindo o já inoperante sistema de serviço público local, como saúde, educação, segurança pública, além do potencial aumento do conflito agrário e desmatamento.

Historicamente, o vale do Xingu e a região de Altamira se destacam por importantes fluxos migratórios. Os estudos de impacto ambiental realizados não consideram esta dinâmica pré-existente ao empreendimento e elaboram todas as projeções de migração apenas considerando o próprio empreendimento. Isto certamente tanto subestima a população que poderá migrar para a região quanto os efeitos dela decorrentes e quaisquer programas de mitigação de impactos.

O problema da regularização e dos conflitos fundiários na região se faz presente há décadas e tende a se potencializar com a chegada de migrantes e o deslocamento das populações que serão atingidas pelo alagamento dos reservatórios.

Apesar dos empreendedores afirmarem que estão previstos 14 planos, 53 programas e 58 projetos de mitigação socioambiental, não estão definidos os valores que serão investidos, os responsáveis por sua realização nem as garantias de que serão de fato realizados. Ora, esses valores devem estar inseridos no custo total da obra que constará no edital do leilão.

Muitos dos programas e planos referentes a questão da saúde, educação, e segurança pública por exemplo se apóiam em políticas públicas e convênios com órgãos governamentais. A responsabilidade e os custos são assim em parte transferidos dos empreendedores para o governo.

Segundo os empreendedores, 18.700 empregos diretos serão criados no pico da obra (3º ano), mas depois de dez anos restarão somente cerca de 700 empregos ligados ao AHE Belo Monte. Essa massa de “migrantes” desempregados (18.000), suas famílias e empregos indiretos gerados por eles (cerca de 92.000) somados aos desempregados que já existem hoje na região de Altamira e municípios vizinhos exercerá uma pressão crescente sobre os recursos naturais da região e contribuirá para o caos social das cidades da região. Pode-se prever o aumento da invasão e ocupação ilegal de terras em unidades de conservação, da extração ilegal de madeira, da exploração de recursos pesqueiros e minerais, o que vai contra as políticas de preservação da Amazônia implementadas até agora nesta região.

A região do Xingu e da Transamazônica tem um histórico de violência contra as mulheres e as crianças que tende a se agravar com a chegada de um contingente populacional formado, sobretudo por pessoas do sexo masculino atraídas pela oferta de

empregos ligados a Belo Monte. No entanto, essa questão da violência não está sendo contemplada no projeto nem nos planos, programas e projetos de mitigação.

### **Questões :**

29. Quais os impactos do aumento do contingente populacional para a região do Xingu e da Transamazônica?
30. Como os municípios da área de influência estão sendo preparados para acolher este contingente populacional extra? Considerando que a região afetada tem um precário serviço de saúde, educação, segurança pública que já não atende a demanda da região, como ficará a questão da segurança pública, saúde, educação nos 11 municípios? Qual o cronograma dos programas de mitigação, os custos e quem pagará esta conta? Quem assegura?
31. Qual a capacidade em cada município da área de influência de absorver a mão de obra extra, considerando-se o nível de desemprego local?
32. Considerando que a região já vive um caos fundiário, com a chegada de um grande contingente populacional, qual seria o impacto sobre as unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos rurais, PDS e outras áreas ainda não destinadas pelo governo federal?
33. Quem garantirá e como será garantida a segurança alimentar de toda a população desta região com a chegada de um grande contingente populacional, considerando-se o aumento da pressão sobre as terras indígenas, as propriedades rurais, os rios da região, a especulação fundiária e o deslocamento de agricultores familiares responsáveis pela produção de alimentos na região?
34. Qual será o impacto da chegada deste contingente populacional formado em sua maioria por pessoas do sexo masculino sobre a violência sobre as mulheres e as crianças? E sobre a prostituição infantil, foram feitas projeções?

### **Propostas e sugestões :**

- Aprofundar a análise e o detalhamento do número de leitos hospitalares existentes e que terão que ser construídos, do número de vagas nas escolas existentes e as que terão que ser construídas, e do investimento em segurança pública.
- Descrever a solução prevista para a questão fundiária local, envolvendo diversos órgãos tais como, INCRA, IBAMA, ITERPA, ICMBIO, SEMA e prefeituras locais.

## TEMA 5 – Custos da Obra

### **Considerações:**

Segundo os Estudos de Viabilidade realizados pela ELETROBRÁS/ELETRONORTE, concluídos em fevereiro de 2002, a capacidade instalada no AHE Belo Monte corresponderá a 11.181,3 MW, com uma estimativa de energia firme equivalente a 4.719 MW médios anuais na Casa de Força Principal e 77 MW médios na Casa de Força Complementar, a um custo índice de instalação de R\$ 748/kW, incluídos os juros durante a construção. (pg 383, vol 1).

Há uma grande inconsistência nos números apresentados até o momento para a Obra e a sociedade não há clareza de quanto será investido na região e nem quando esse investimento será realizado, considerando os custos da obra e as ações de prevenção, mitigação, monitoramento dos impactos. No EIA, volume 01 página 48 é apresentado o custo total da Obra, de R\$ 9.610.157.000 considerando Juros durante a construção.

Em declarações recentes, o vice-presidente da Alston, afirmou que a obra não sai por menos de 30 bilhões de reais e declarações do vice-presidente de finanças disse que a obra não sai por menos de 23 bilhões de reais. Há ainda uma declaração de José Antônio Muniz Lopes, presidente da Eletronorte, no site da empresa no dia 24/08 afirmando que “Uma boa hidrelétrica tem investimento de mil dólares por quilowatt instalado. Mas pode custar até 3 mil dólares por quilowatt. Por isso, Belo Monte custará no mínimo R\$ 20 bilhões, com o dólar a R\$ 1,80”.

Em reunião realizada no dia 22 de setembro de 2009 do setor energético na ABDIB com presença do MME, ANEEL, EPE e IBAMA, os representantes dos órgãos governamentais tentavam acalmar os investidores, apresentando modificações no projeto de engenharia que tinham como objetivo reduzir os custos de Belo Monte. Representantes das indústrias de infra-estrutura ligadas ao setor energético questionaram as mudanças e os custos divulgados pela EPE, afirmando que estão subestimados (assim como no Rio Madeira). Afirmaram que as condições locais dificultam a realização de uma obra deste porte que revolverá uma quantidade de terra e rocha superior a da construção do canal do Panamá ou de todas as hidrelétricas construídas no país nos últimos 20 anos.

Não faz sentido que essa obra vá a leilão sem que essas questões sejam esclarecidas, sem que os custos e responsabilidades estejam claros. A sociedade tem muito receio quando as promessas estão só no papel, sem definição clara dos compromissos e neste caso as questões não está nem no papel ainda. Os investidores e empreendedores não podem também assumir compromissos sem saber os custos reais desses compromissos.

## **Questões:**

35. Qual é afinal o custo previsto para a Obra, incluindo todos os custos das ações de prevenção, monitoramento, mitigação e potencialização? Como foram calculadas essas medidas? Nem os custos citados e nem a forma de cálculo de tais custos foram encontrados no EIA-RIMA e em nenhum outro documento divulgado para a sociedade. O que está sendo analisado pelo Tribunal de Contas da União (TCU)?
36. Como chegaram no valor de R\$ 476.182.000 para “Meio Ambiente” e o que está contido nos R\$ 766.089.000 da rubrica denominada “Outros Custos + Eventuais” (Apresentado também na página 48 do Volume 1)? Já houve revisão para esses custos? Se sim, qual o novo número e como foi determinado, o que foi considerado? Apresentar memorial de cálculo detalhado.
37. O que, de fato, será de responsabilidade do governo e o que será responsabilidade dos Empreendedores? Quais as garantias legais de que serão realizadas as medidas de prevenção, mitigação, monitoramento e potencialização? O que há de diferente em termos de garantia de outros empreendimentos já realizados na Amazônia como Tucuruí, por exemplo?
38. Muitas das mitigações precisam ser efetuadas antes do início das obras e demandam tempo, como processos de regularização fundiária, formação de mão de obra qualificada ou infra-estrutura de saúde, educação e segurança pública, por exemplo. Quais as garantias de que essas mitigações serão realizadas nos tempos necessários? Como os cronogramas de implantação da obra estão relacionados com os cronogramas das ações de prevenção, mitigação, potencialização e monitoramento?
39. Em audiências na cidade de Altamira e no EIA, foi apresentado que Belo Monte é um empreendimento que gera uma energia muito barata (R\$ 748/kW). Considerando que o custo da obra pode ser mais de quatro vezes o valor divulgado no EIA e que a energia firme (4.462 MW) é de 39% da potencia instalada qual é o custo do kWh para a sociedade?

## **Recomendações e Sugestões:**

- Solicita-se que os custos de prevenção, monitoramento, mitigação e potencialização sejam calculados e apresentados antes da licença prévia e que sejam dialogados com a sociedade em audiências públicas;
- Solicitar o valor do kW e a respectiva memória de cálculo antes da licença prévia para ser demonstrado para a sociedade em Audiência Pública;

## TEMA 6 – Questões Gerais

### **Considerações Gerais:**

Ainda não se sabe ao certo o destino da energia elétrica gerada pela AHE Belo Monte. Segundo notícias divulgadas na imprensa, parte dela seria alocada para a produção de alumínio no estado do Pará. Questionamos este modelo de desenvolvimento posto em prática hoje na Amazônia pautado no barramento de seus rios para o fornecimento de energia hidrelétrica com tarifas subsidiadas para atender a produção mineral voltada para a exportação que somente deixa aos estados produtores míseros royalties, impactos socioambientais irreversíveis e pobreza e violência para as populações locais.

Segundo estudo recente realizado pelo Ipea<sup>4</sup>, que pertence à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, projetos como o da produção de alumínio primário na Amazônia são extremamente problemáticos sob o ângulo da sustentabilidade. Para eles, a produção do alumínio, "atividade intensiva em recursos naturais e de grande impacto ambiental", além de "intensiva em capital e tecnologia", associada ao comércio internacional, "ainda não se demonstrou capaz de contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais, que colocam os índices de desenvolvimento humano da região abaixo dos índices nacionais". Mais ainda: essa atividade precisa "internalizar" os impactos sociais e ambientais de sua exploração.

Segundo auditoria sobre o setor elétrico feita pelo TCU em 2008, “as perdas de energia em 2007 representaram uma conta bilionária: R\$ 4,7 bilhões foram pagos pelos consumidores. Entre 2003 e 2007, segundo o tribunal, as perdas comerciais e técnicas aumentaram 15%, num ritmo mais acelerado do que o crescimento registrado na oferta de energia no período.” “Em 2008, as perdas serão ainda maiores, disse à Folha de São Paulo o presidente da ANEEL, Jerson Kelman, que confirma os números da auditoria do TCU.” Diário do Pará, em 26 de novembro de 2008. Diário do Para: Perdas de energia no Brasil superam “uma hidrelétrica”.

### **Questões**

40. Quais as justificativas para o caráter de urgência da obra?
41. Na apresentação da equipe de Avaliação Ambiental Integrada foram citadas 8 PCHs na Bacia do Xingu. Quantas PCHs estão com processo tramitando nesse momento na Bacia do Xingu? Qual o limite de PCHs que a Bacia Suporta considerando também a AHE Belo Monte? Quais os impactos mapeados das PCHs para a Sociobiodiversidade da Bacia?

---

<sup>4</sup> Boletim Regional, Urbano e Ambiental, do Ipea (julho de 2009).



42. Qual a correlação identificada entre a construção da AHE Belo Monte e PCHs na Bacia do Xingu, considerando também as obras previstas nas BR-163 e Transamazônica e as construções das linhas de transmissão de Belo Monte e PCHs?
43. Qual a demanda prevista de madeira para a construção de Belo Monte em cada uma das fases das obras? Considerando a obra em si, acampamentos, casas para funcionários em Altamira, Vitória do Xingu, Belo Monte e outras cidades da Região? Considerando também a instalação de no mínimo 96.000 mil pessoas na região? Qual a origem prevista dessa madeira? Há algum programa que prevê a legalização de projetos de manejo para oferecer madeira legalizada para o empreendimento?
44. Qual o cenário previsto no Plano Decenal para a expansão das indústrias eletrointensivas na Amazônia? Qual o plano para expansão dessas indústrias no estado do Pará ou em áreas de influência da Bacia do Xingu? Caso tenha esse plano, há uma projeção da demanda energética para esses empreendimentos? Quanto?
45. Qual o quadro de disponibilidade futura de energia considerando o Plano Decenal de expansão de energia, a previsão da Eletrobrás de construção de 5 a 15 hidrelétricas de grandes dimensões no Peru, com a maioria da energia (80%) destinada para o Brasil ? isso não significa que vai ter energia sobrando na próxima década?
46. Há um plano para o desenvolvimento sustentável da região? Esse plano foi discutido com as comunidades? Quando? Quem participou? Como foi a metodologia do processo?
47. Qual o quadro de disponibilidade futura de energia considerando o Plano Decenal de expansão de energia, a previsão da Eletrobrás de construção de 5 a 15 hidrelétricas de grandes dimensões no Peru, com a maioria da energia (80%) destinada para o Brasil? Isso não significa que vai ter energia sobrando na próxima década?
48. Qual a demanda prevista de peixe, carne bovina e cereais e que porcentagem estima-se que será fornecida pela região? O quanto virá de outras regiões? De onde? Como a região será preparada para esse empreendimento do ponto de vista do abastecimento das cidades que terão inchaço populacional?
49. Qual a viabilidade técnica de Belo Monte?
50. Qual o destino da energia de Belo Monte?
51. Tendo em vista alguns estudos apresentados por cientistas e o histórico do empreendimento na região, quem garante que Belo Monte consistirá em apenas um barramento? Qual a força legal da resolução do CNPE para assegurar um único barramento?

52. O quanto é necessário de energia para o país? Não há possibilidade dessa energia vir de fontes Alternativas como por exemplo Solar e Eólica? Quanto se consegue de energia adicional com a repotencialização das Usinas que já existem instaladas no País?
53. São 14 planos e 53 programas de desenvolvimento previstos no EIA, porém estão apresentados de forma muito superficiais, como uma carta de intenções. Assim quais os investimentos em cada um deles? Qual o cronograma de implantação e principais ações previstas nesses programas?
54. Qual o cenário de demanda energética a hidrelétrica de Belo Monte pretende atender? Quem serão os principais beneficiários da energia gerada em Belo Monte?
55. Há diversas ações de prevenção e mitigação propostas que geram impactos socioambientais e que de acordo com a legislação cada empreendimento necessitará também de licenciamento ambiental específico que envolverá tempo e recursos. Essa questão foi considerada?
56. Qual a capacidade máxima da linha de transmissão prevista de escoamento da energia que será produzida, durante o período de pico (11.000 mw) e para a energia firme (4.000 mw) ?

### **Propostas e Sugestões:**

- Rever as referências realizadas ao longo do documento, pois diversas referências de dados remetidas ao próprio EIA, ou seja, auto-referências que não indicam a origem dos dados apresentados.
- Fazer um estudo da sinergia da AHE Belo Monte, PCHs na Bacia do Xingu, obras de asfaltamento previsto nas BR-163 e Transamazônico, construções das linhas de transmissão de Belo Monte e PCHs e outros empreendimentos de médio e grande porte previstos para a Bacia. Incluindo a projeção de diferentes cenários.
- Analisar artigos e estudos dos cenários para a BR 163 produzidos por pesquisa conduzida pelo Woods Holle, IPAM e outros parceiros sobre cenários com governança e sem governança na Bacia do Xingu.
- Pesquisar arquivos do Instituto Socioambiental e de outras organizações sobre as populações da Bacia do Xingu, com destaques para os estudos para a criação das Unidades de conservação da Terra do Meio, produzido para o Ministério do Meio Ambiente em 2002, a publicação “Povos Indígenas do Brasil”, dentre outras.
- Que os planos de desenvolvimento para esta região e a Amazônia como um todo, estejam pautados na utilização sustentável de seus recursos naturais, na agricultura familiar com bases sustentáveis, no extrativismo agroflorestal e em atividades produtivas desenvolvidas em harmonia com o meio ambiente e as populações locais e seus costumes. Neste contexto, propõe-se estudos mais

aprofundados sobre a geração de energia elétrica na Amazônia, principalmente considerando estudos de viabilidade de fontes alternativas como a eólica e a solar que podem se inserir melhor num contexto de grande diversidade sociocultural e de rica biodiversidade a ser preservada.

## TEMA 7 – Sobre a condução do processo de Licenciamento

### **Considerações :**

O processo de condução de implantação da AHE Belo Monte vem apresentando uma série de irregularidades no respeito à legislação brasileira.

Além da Constituição Federal, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas reconhecem direitos das populações tradicionais e determinam a obrigatoriedade de consulta dos povos indígenas acerca de qualquer medida que possa afetá-los. Mesmo assim, o Estudo de Inventário Hidrelétrico do Rio Xingu foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sem a devida consulta aos povos indígenas.

Os estudos de impacto ambiental foram recentemente homologados no Ibama e aceitos oficialmente, apesar do reconhecimento dos técnicos do órgão de que estavam incompletos. Isso foi motivo de dois processos do MPF: o primeiro em 27 de maio de 2009, pedindo a suspensão do prazo para realização de audiências públicas, tendo sido deferido pela Justiça Federal do Pará, e o segundo em 22 de junho de 2009, por improbidade administrativa pelo ilegal aceite do EIA/RIMA pelo Ibama.

Durante a audiência pública realizada em Altamira no dia 13 de setembro, seis povos indígenas presentes protocolaram junto ao IBAMA a solicitação da realização das oitavas indígenas pelo Congresso Nacional. São eles os Arara, Assurini, Kuruaya, Juruna, Parakana e Xikrin. Esse direito dos povos indígenas estea garantido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O governo federal desrespeitará essa legislação para realizar o leilão de Belo Monte até o final deste ano como vem sendo divulgado pela imprensa sem a devida realização pelo Congresso das oitavas indígenas?

Só agora a sociedade civil está começando a ter contato com os mais de 36 volumes mais de 20.000 páginas de estudos produzidos pelos empreendedores. O último volume referente aos estudos etnoecológicos dos índios citadinos só foi disponibilizado ao público no último dia 08 de setembro. A partir de 1994 o projeto foi modificado e em 2006 iniciou-se o EIA que está sendo apresentado hoje. A construção de uma obra deste porte que trará mudanças irreversíveis para a região, seus povos e ecossistemas demanda tempo e um amplo diálogo para que a sociedade compreenda o projeto e a magnitude das mudanças, positivas e negativas, que terá que enfrentar.

### **Propostas e sugestões:**

- A Eletrobrás, a Eletronorte e as empresas responsáveis pelos estudos (Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Odebrecht) mostraram que tem visões completamente tendenciosas e não podem ser as únicas interlocutoras a tratar do projeto da AHE de Belo Monte com a sociedade local. Os movimentos sociais exigem uma interlocução direta com representantes da Presidência da República para um diálogo mais franco sobre o empreendimento e desenvolvimento regional.
- Disponibilização de mais seis meses a contar da data de entrega desse documento para a sociedade ler e se apropriar dos estudos de impacto ambiental, considerando-se que se tratam de mais de 15.000 páginas, parte delas disponibilizadas ao público apenas alguns dias antes do início das audiências públicas.
- Proporcionar contratação de grupo de pareceristas independentes com acompanhamento do Ministério Público Federal para avaliação do EIA-RIMA, indicação de lacunas e produção de material que dê subsídio ao IBAMA, investidores e aos diferentes povos da Bacia do Xingu;

Considerando-se a especificidade desta região em quanto a diversidade dos povos indígenas, os documentos apresentados (EIA/RIMA) devem estar traduzidos nas línguas indígenas aqui faladas para que eles possam se pronunciar sobre o projeto.

## **TEMA 8 – Sobre as quatro audiências públicas realizadas na região**

### **Considerações:**

O modelo de audiência pública empregado não está adequado às especificidades da Amazônia, não levando em consideração a diversidade de seus povos, costumes e línguas, as distâncias e condições de deslocamento, e portanto não permite que a totalidade das populações impactadas participem e sejam ouvidas.

A presença do Ministério Público Federal na mesa diretora durante as audiências públicas definida por lei não foi garantida em nenhuma das audiências realizadas.

Os três minutos para manifestações orais definidos pelo regulamento não são suficientes para esclarecer as dúvidas e questionamentos, nem permite que a população expresse suas apreensões e angústias sobre um projeto desta magnitude que transformará de forma irreversível a vida dos povos da região e seus ecossistemas.

A linguagem técnica empregada pela mesa diretora é demasiado elaborada para permitir a compreensão por parte de uma grande parte da população com baixo nível de escolaridade e que pela primeira vez tomava conhecimento do projeto da AHE Belo Monte.

A ordem de inscrição das manifestações orais durante as audiências de Brasil Novo, Vitória do Xingu e Altamira privilegiou a fala dos políticos presentes em detrimento das pessoas que serão de fato afetadas.

Não foi facilitado a vinda de pessoas moradoras das áreas rurais da região que serão afetadas e que têm grande dificuldade de deslocamento para os centros urbanos supracitados em função das distâncias, das condições das estradas, da falta de transporte público ou dos custos associados ao deslocamento.

Moradores das áreas que serão diretamente afetadas pela barragem, nos termos dos próprios empreendedores, não tiveram acesso a nenhuma das quatro audiências públicas realizadas em função das dificuldades associadas ao deslocamento. Por exemplo, boa parte dos travessões da rodovia transamazônica entre Altamira e Anapu, na margem esquerda do rio Xingu serão impactados pela construção dos canais, dos reservatórios e canteiros de obra. Seus moradores serão compulsoriamente deslocados mas no entanto não tiveram como participar das audiências por falta de transporte. Idem para os moradores da Volta Grande do Xingu que verão seus recursos hídricos secarem e os moradores das Resex que sofrerão com o aumento da pressão antrópica sobre seus recursos ambientais.

Representantes dos povos indígenas da região estiveram presentes somente na audiência de Altamira, mas sua participação foi bastante limitada já que ficaram pouco tempo (de 15h às 19h) e tiveram pouca oportunidade de se expressar e de compreender em função do sistema de inscrição das manifestações orais e da falta de intérpretes para os idiomas indígenas durante a audiência. Os estudos de impacto ambiental e o relatório tampouco foram traduzidos para esses idiomas.

A mudança do local da audiência em Belém feita em cima da hora e para um local inapropriado para acolher o número de participantes presentes, impossibilitou que muitos representantes dos movimentos populares e indígenas participassem da sessão que foi considerada mais uma vez anti-democrática pelos representantes do Ministério Público Federal e Estadual ali representados. Por essa razão, os procuradores e promotores abandonaram essa sessão, entrando com a solicitação de anulação das audiências realizadas.

### **Propostas e sugestões:**

Realização de audiências públicas complementares, num formato mais adaptado à região amazônica, seguindo pedido já protocolado junto ao IBAMA no dia 13 de setembro de 2009 e em outras que forem julgadas necessários devem ser realizadas. Estes pedidos incluem áreas nos 11 municípios da área de influência do projeto e áreas rurais que serão impactadas pela formação dos reservatórios, construção dos canais e implantação dos canteiros de obra e infra-estrutura e outras regiões da Bacia do Xingu.

## Considerações Finais:

Espera-se que as questões colocadas nesse documento sejam respondidas de forma direta e com profundidade, e ainda que a equipe de licenciamento do IBAMA tenha serenidade e firmeza para uma análise isenta considerando as diferentes propostas colocadas e os diferentes pontos de vista da sociedade.

## Assinam este documento:

Movimento Xingu Vivo para Sempre, Fundação Viver, Produzir e Preservar, Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade, Instituto Socioambiental, Associação das Mulheres Urbana e Rurais de Senador José Porfírio, Associação das Mulheres de Brasil Novo, Movimento de Mulheres de Medicilândia, Movimento de Mulheres de Uruará, Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade de Placas, Movimento de Mulheres de Pacajá, Movimento de Mulheres de Anapu, Movimento de Mulheres de Rurópolis, Associação de Mulheres Agricultoras do setor Gonzaga, Associação das Mulheres do Assentamento Assurini, Prelazia do Xingu, Pastorais da Prelazia do Xingu- Comissão Justiça e Paz, Pastoral da Juventude ,CPT-Xingu, CIMI- Conselho Indigenista Missionário, Pastoral da Criança, Irmãs Franciscanas, Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses, Associação Fundação Tocaia, Equipe Samaritana paróquia Imaculada Conceição, Congregação La Salle, Grupo de Trabalho Amazônico Regional Altamira, Associação Rádio comunitária de Altamira, Mutirão Pela Cidadania, Fundação Elza Marques, S.O.S Vida, SINTEPP -Sindicato dos Trabalh@res em Educação Pública do Pará sub – sede Altamira, Sindicato dos Trabalh@res Rurais, Associação Radio Comunitária de Vitoria do Xingu, Associação de Cultura de Brasil Novo, Associação Rádio Comunitária de Medicilândia, Associação Rádio comunitária de Porto de Móz, Forum da Amazônia Oriental, SDDH-Núcleo Altamira, Associação dos moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio, Associação dos moradores da Reserva Extrativista do Rio Iriri, Associação dos moradores da Reserva Extrativista do Xingu, Comité de Desenvolvimento Sustentável Porto de Moz, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória do Xingu, Associação dos Indígenas Moradores de Altamira, Associação dos Pilotos de Voadeiras e Barcos de Altamira, Movimento de Atingidos por Barragem, Centro de Formação do Movimento Negro Transamazônica, SOCALIFRA, Sindicato das Domésticas de Altamira e região, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Altamira e Região, Pastoral da Juventude Rural, Fórum Regional de Direitos Humanos Dorothy Stang, Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Para sub sede Altamira, Associação Pró-moradia Parque Ipê, Associação dos Agricultores Ribeirinhos do Assentamento Itatá, Associação Casa Familiar de Altamira, Associação de Resistência Indígena Arara do Maia-ARIAN, Moradores do Bairro Açaizal, Escorpions.